

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E REMOÇÃO DE LAMAS DE DUAS LAGOAS
ANAERÓBIAS, DA FA DA MACEIRA**

TA_25_082_CI_S_009_DOP

CADERNO DE ENCARGOS

MAIO 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Limpeza e Remoção de Lamas de duas Lagoas Anaeróbias, da FA da Maceira** nas instalações identificadas no **Anexo I** e nos termos e conforme as especificações e requisitos técnicos que constam dos **Anexos II e III**, ao presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessado(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos, que dele fazem parte integrante;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo concorrente;
 - f) O respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente Cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, considerando-se outorgado na última data de aposição de assinatura, e mantendo-se em vigor pelo prazo de 580 (quinhentos e oitenta) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Se, antes de decorrido o prazo acima mencionado, durante a sua vigência, se atingir o pagamento do preço total do contrato, operará o respetivo termo com a encomenda dos serviços que a tal conduzam, e o contrato extinguir-se-á com o pagamento destes, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste.
3. Na definição dos prazos previstos para a execução dos trabalhos respeitantes à prestação de serviços serão consideradas 2 (duas) fases:
 - a) **Fase 1:** Remoção da totalidade da lama do interior da lagoa, desidratação e acondicionamento, incluindo a caracterização analítica das lamas;
 - b) **Fase 2:** Transporte e destino final das lamas.
4. Os prazos previstos para a execução dos trabalhos, contados nos termos estabelecidos no número 1, são os seguintes:

Fábrica da Água Maceira	Data de início Fase I	Duração Fase I (dias)	Duração Fase 2 (dias)	Duração Total (dias)
Lagoa Anaeróbia I	Após entrega do FPS, nos termos do ponto I II.3 do Anexo III ao presente Caderno de Encargos	160	220	580
Lagoa Anaeróbia 2	Dia útil seguinte ao da finalização da Fase I da Lagoa Anaeróbia I	145	200	

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações Gerais

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações gerais, as seguintes:
- a) Executar a prestação de serviços nos termos definidos no presente Caderno de Encargos e em conformidade com as especificações técnicas definidas no seu **Anexo II**;
 - b) Executar a prestação de serviços respeitando todos os parâmetros de segurança e nos termos definidos no presente Caderno de Encargos, nomeadamente no seu **Anexo III**, e em conformidade com a legislação em vigor
 - c) Afetar à prestação de serviços todos os meios humanos, técnicos e materiais necessários ao bom cumprimento da mesma;
 - d) Prestar as informações que forem solicitadas pela Tejo Atlântico;
 - e) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, dentro das 24 (*vinte e quatro*) horas seguintes à sua ocorrência;
 - f) Cumprir as normas ambientais e regras de segurança e de proteção ambiental em vigor na Tejo Atlântico;
 - g) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico;
 - h) Assegurar que os trabalhadores afetos à execução contratual prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos;
 - i) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que

tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;

- j) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna todas as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que lhe sejam solicitados pela Tejo Atlântico;
 - k) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
 - l) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico da empresa https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. A prestação dos serviços deverá ser realizada tendo em consideração os seguintes pressupostos:
- 3.1. De acordo com as estimativas efetuadas pela Tejo Atlântico, devem ser assumidos os pressupostos para a orçamentação e execução dos trabalhos de acordo com os valores referidos no ponto II.2 do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos;
 - 3.2. Os volumes e quantidades de lamas indicados no ponto II.2 do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos constituem mera estimativa, para efeitos de orçamentação dos trabalhos, pelo que, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 da Cláusula 12.ª do presente Caderno de Encargos, a remuneração dos serviços resultará da aplicação dos preços unitários previstos no contrato para cada espécie de trabalho a realizar às quantidades efetivamente executadas, não podendo estas serem superiores às quantidades estimadas colocadas a concurso, podendo ser inferiores.
 - 3.3. Os contentores permeáveis devem ser em estrutura de polímeros sintéticos tecidos de polipropileno ou polietileno de alta densidade (geotêxteis), com as características definidas, no ponto II.3 do **Anexo II**, ao presente Caderno de Encargos.

- 3.4. A água potável necessária às operações de bombagem e desidratação de lamas será da responsabilidade do Cocontratante.
- 3.5. A energia elétrica necessária às operações de bombagem e desidratação de lamas será da responsabilidade do Cocontratante.
- 3.6. Nos termos da prestação de serviço, nas ações de limpeza e remoção das lamas presentes nas lagoas, o Cocontratante obriga-se a respeitar as seguintes regras:
- a) A metodologia para a remoção de lamas a adotar deverá promover a maximização do teor de sidade das lamas, devendo a sidade média, das lamas a transportar, ser superior a 10% (dez por cento);
 - b) A reparação de eventuais danos causados durante a execução dos trabalhos de limpeza e remoção das lamas, nomeadamente os que possam ocorrer nas telas das lagoas, em tubagens ou em quaisquer outras infraestruturas existentes na FA;
 - c) Os trabalhos a executar para a remoção e limpeza das lamas das lagoas são os indicados no ponto I do **Anexo II**, ao presente Caderno de Encargos.
- 3.7. O Cocontratante será responsável pela realização das caracterizações analíticas das lamas, e também, das análises que venham a ser necessárias para efeitos de licenciamento, do envio das lamas para destino final, conforme previsto no ponto II.2 do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.
- 3.8. O acondicionamento dos resíduos e das lamas removidos será efetuado nas condições definidas, no ponto II.4.1 do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.
- 3.9. A recolha e transporte a destino final, dos resíduos e das lamas removidas, serão executados nas condições definidas, no ponto II.4.2 do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.
- 3.10. Quanto ao encaminhamento a destino final, dos resíduos e das lamas removidas, observar-se-ão as regras gerais, definidas no ponto II.4.3 do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.
- 3.11. No caso de valorização agrícola de lamas do tratamento de águas residuais urbanas, o Cocontratante é responsável pelas regras estabelecidas no ponto II.4.4 do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.
- 3.12. No caso da valorização de lamas por compostagem, as regras são as referidas no ponto II.4.5 do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.

- 3.13. No caso de destinos finais alternativos para as lamas removidas das lagoas, as regras são as estabelecidas no ponto II.4.6 do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.
- 3.14. No final da prestação de serviços, em cada lagoa anaeróbia, e no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a sua conclusão, o Cocontratante obriga-se a elaborar e a entregar o relatório dos trabalhos realizados onde conste a seguinte informação, para cada uma das lagoas objeto da presente intervenção:
- a) Índice de figuras e tabelas apresentadas no documento;
 - b) Resumo da metodologia adotada para execução dos trabalhos e relato dos trabalhos executados;
 - c) Quantidade de lamas removidas e transportadas, análise comparativa com as estimativas apresentadas em Caderno de Encargos;
 - d) Caracterizações analíticas realizadas, incluindo em anexo os boletins analíticos do laboratório;
 - e) Locais de destino final e respetivas licenças em vigor à data de encaminhamentos dos resíduos;
 - f) e-GAR e respetivos talões de pesagem dos contentores/galeras;
 - g) Registo fotográfico, documentando as diferentes etapas do trabalho realizado;
 - h) Levantamento topográfico realizado;
 - i) Outras informações relevantes.
- 3.15. Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no processo de concurso e do contrato, entende-se que o Cocontratante se inteirou localmente das condições aparentes de realização dos trabalhos referentes à Prestação dos Serviços.

Cláusula 5.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- I. No prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise a que se refere o n.º I não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º I.
6. Caso a análise a que se refere o n.º I comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitida a declaração de aceitação pela Tejo Atlântico.
7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações ou requisitos técnicos previstos no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª

Conformidade e garantia técnica

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Tejo Atlântico em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Cocontratante e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 7.ª

Dever de sigilo

- I. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica

e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação desta.

6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Tejo Atlântico, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;

- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 9.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 10.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 11.ª

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
- b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 12.ª

Preço base e preço contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a **390 000,00€** (*trezentos e noventa mil euros*), para o prazo contratual máximo de 580 (*quinhentos e oitenta*) dias.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante o preço resultante da aplicação dos preços unitários, constante da proposta adjudicada, aos serviços efetivamente prestados, durante o período contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida mensalmente com a aceitação pela Tejo Atlântico dos elementos a desenvolver pelo Cocontratante ao abrigo do contrato, nos termos do n.º 6 da Cláusula 5.ª.
3. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 14.ª

Faturação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância do disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida após aceitação pela Tejo Atlântico dos elementos a desenvolver pelo

Cocontratante ao abrigo do contrato, nos termos do n.º 6 da Cláusula 5.ª;

- b) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - c) Identificar o serviço prestado e as respetivas quantidades, no período em referência;
 - d) Apresentar o preço unitário e global dos serviços prestados no período em referência;
 - e) Indicar o IVA à taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em:
- <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
- Gestor do contrato: Carlos Fernandes
 - Morada: Fábrica da Água de Alcântara – Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico geral.adta@adp.pt
2. Na ausência, faltas ou impedimentos do gestor do contrato designado será o mesmo substituído por:

- Gestor do contrato: Tiago Casaleiro
 - Morada: Fábrica da Água de Alcântara – Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
3. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
 4. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Cocontratante, em relatório fundamentado, a tomada das medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
 5. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Cláusula 16.^a

Reuniões de coordenação durante a execução do contrato

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação e acompanhamento da prestação de serviços com os representantes da Tejo Atlântico.
2. As reuniões de coordenação deverão permitir que haja, da parte da Tejo Atlântico, conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes ocorridos durante a prestação de serviços, incluindo as questões ambientais e de segurança.
3. As reuniões previstas no número anterior devem ser convocadas por escrito pelo Cocontratante, com 15 (quinze) dias de antecedência, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
4. O Cocontratante fica também obrigado a apresentar à Tejo Atlântico mensalmente, relatórios com a discriminação de todas as operações objeto da prestação de serviços, por Fábrica de Água, e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.
6. O Cocontratante obriga-se a designar um Responsável técnico que coordenará a execução dos trabalhos.

7. Após a assinatura do contrato, o Cocontratante informará, por escrito, o nome do Responsável técnico, indicando a sua qualificação técnica.
8. O responsável técnico deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local sempre que para tal seja convocado.
9. A Tejo Atlântico poderá impor a substituição do responsável técnico, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
10. A Tejo Atlântico pode, em qualquer altura e local, solicitar ao Cocontratante a confirmação dos pesos ou volumes de lamas transportadas e dos destinos finais destas, não podendo o Cocontratante recusar este controlo.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 17.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
5. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser

indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.

6. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 18.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo estabelecido no ponto 3.14 da Cláusula 4.^a, será aplicada uma sanção contratual no valor de 150,00€ (*cento e cinquenta euros*) por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento na recolha de contentores/ galeras de lamas, será aplicada uma sanção contratual no valor de 100,00€ (*cem euros*) por cada dia de atraso face à data de recolha prevista na proposta do Cocontratante ou data acordada entre as partes;
2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
4. A Tejo Atlântico pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que,

cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização

Cláusula 20.^a

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Tejo Atlântico pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 10 (dez) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da sanção referida no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 18.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

Cláusula 21.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 22.^a

Seguros

- I. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) De responsabilidade civil de 1.000.000 Euros (*um milhão de euros*), de todas as viaturas que circulem nas áreas de contrato, cobrindo todos os danos corporais e materiais;
 - b) De responsabilidade civil cruzada (do tipo “Contractor All Risks”), no valor de 1.000.000 Euros (*um milhão de euros*) por sinistro para cobertura dos danos causados à Tejo Atlântico e terceiros em geral, até ao término do contrato. Para além das coberturas normais da apólice referidas deverão ser ainda cobertos, pelo menos, os seguintes riscos:
 - i. Perda ou danos acidentais em trabalhos executados e em matérias e produtos a aplicar e/ou armazenados, quer nas instalações ou estaleiros do segurado quer em trânsito dentro e fora das instalações;
 - ii. Perdas ou danos acidentais provocados a cabos, tubagens e outros serviços subterrâneos, bem como às estruturas existentes, edifícios e terrenos vizinhos;
 - c) Seguros de acidentes de trabalho, por parte dos membros da equipa a afetar à prestação de serviços.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.^a

Deveres de informação

- I. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o

cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 24.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Tejo Atlântico e o Cocontratante relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou por correio eletrónico, entre o Gestor do Contrato designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 15.^a, e o Cocontratante para os contactos identificados em declaração do mesmo, nos termos do Anexo IX ao Programa do Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (*quinze*) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 25.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 26.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 27.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS

Instalação	Morada
Fábrica da Água da Maceira	Bairro António João - 2560 Maceira, Torres Vedras

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS

O presente anexo contém as especificações e requisitos técnicos necessários à elaboração desta Prestação de Serviços.

Está organizado do seguinte modo:

II.1 – “Trabalhos a Realizar, em cada Fase”. - São discriminados os trabalhos a desenvolver ao longo da Prestação de Serviços;

II.2 – “Valores com a caracterização de cada Lagoa - Volumes, Quantidades e Concentrações das Lamas, a enviar para Destino Final”.

II.3 – Especificações técnicas dos contentores drenantes;

II.4 – Responsabilidades do cocontratante na remoção, recolha, transporte e destino final das lamas removidas das lagoas.

II.1 – Trabalhos a realizar, em cada Fase, para ambas as Lagoas

Fase I – Remoção, Desidratação e Caracterização Analítica das Lamas

- a) Execução de by-pass para ligação do efluente para a lagoa seguinte ou órgão de tratamento a jusante, caso se verifique ser necessário para a realização dos trabalhos;
- b) Levantamento batimétrico inicial e final, a fornecer junto com o relatório final. O inicial deverá previamente ser enviado por correio eletrónico à Tejo Atlântico até ao início da remoção de lamas de cada lagoa.

- c) Drenagem da camada superficial da água residual presente, com recurso a jangada com bombagem e drenar para a lagoa ou para o órgão de tratamento, a jusante, caso se verifique necessário;
- d) Limpeza e remoção de lamas acumuladas no interior da lagoa, com recurso a:
- Jangada com bombagem para contentores drenantes sistema GEOTUBE ou equivalente;
 - Giratória de lagartas de longo alcance para trabalhos a realizar pelo exterior das lagoas e/ou mini pá de rastos (rastos protegidos com borracha) para trabalhos a realizar no interior das lagoas;
- e) Desidratação das lamas em contentores drenantes sistema GEOTUBE ou equivalente, na situação de bombagem com jangada, incluindo regularização e impermeabilização do solo onde serão colocados os contentores drenantes e, ainda, a condução das escorrências para as lagoas ou para o órgão de tratamento adequado;
- f) Fornecimento do polímero e do respetivo sistema de preparação de doseamento necessário à desidratação das lamas nos contentores drenantes do sistema GEOTUBE ou equivalente;
- g) Caracterização analítica da matéria seca presente (locais de amostragem acordados no decorrer dos trabalhos):
- Nas lamas presentes nas lagoas, após a drenagem superficial, devem ser realizadas: 3 (*três*) amostragens e 3 (*três*) determinações analíticas por lagoa a intervir;
 - Nas lamas removidas com uma giratória: 4 (*quatro*) amostragens e 4 (*quatro*) determinações analíticas, por cada lagoa a intervir;
 - Nas lamas removidas para os contentores drenantes do sistema GEOTUBE ou equivalente: 4 (*quatro*) amostragens e 4 (*quatro*) determinações analíticas por lagoa a intervir;
 - Nas lamas retiradas dos contentores drenantes do sistema GEOTUBE ou equivalente: 4 (*quatro*) amostragens e 4 (*quatro*) determinações analíticas por lagoa a intervir;
- h) Caracterização analítica das lamas removidas em função do destino final proposto pelo Cocontratante.

Fase 2 – Transporte e Destino Final das Lamas

- a) Carregamento e transporte das lamas removidas com giratória, através de galeras;
- b) Carregamento e transporte das lamas secas nos contentores drenantes do sistema GEOTUBE ou equivalente;
- c) Encaminhamento das lamas a destino final adequado, sendo admissíveis a valorização agrícola e a compostagem;
- d) Instrução e coordenação dos processos de descarga nos destinos finais, de acordo com a legislação em vigor;
- e) Informação e acompanhamento dos trabalhos por parte do coordenador técnico responsável do Cocontratante, garantindo o cumprimento de boas práticas;
- f) Elaboração e entrega do Relatório Final dos trabalhos realizados de acordo com o definido no ponto 3.15, da Cláusula 4ª do Caderno de Encargos, incluindo a Devolução das Guias de Acompanhamento de Resíduos devidamente preenchidas, evidenciando o percurso dos resíduos.

II.2 – Caracterização de cada Lagoa. Caudais afluentes, Volumes, Quantidades e Concentrações das Lamas, a enviar para Destino Final

De acordo com as estimativas efetuadas pela Tejo Atlântico, devem ser assumidos os seguintes pressupostos, para a orçamentação e execução dos trabalhos:

- a) Caudal afluente

Fábrica da Água	Médio diário (m ³ /dia)	Ponta horário (m ³ /h)
Maceira	1266	104

b) Área superficial líquida das lagoas

Fábrica da Água	Tipo de lagoas a limpar	Área superficial à profundidade líquida (m²)
Maceira	Anaeróbia 1	1135
	Anaeróbia 2	1076

c) Volume de lamas estimadas

Fábrica da Água	Tipo de lagoa a limpar	Volume de lamas estimado (m³)
Maceira	Anaeróbia 1	5670
	Anaeróbia 2	5390

d) Quantidades médias de lamas a remover (LER 19 08 05)

Fábrica da Água	Tipo de lagoa a limpar	Quantidade de lamas (ton MO) (1)	Concentração média das lamas no interior (g/L) (2)
Maceira	Anaeróbia 1	5390	90
	Anaeróbia 2	5120	80

NOTA:

- 1) ton MO – Toneladas de matéria original: significa a quantidade de lamas tal como forem removidas das lagoas, incluindo o seu conteúdo em água. Em oposição a este conceito, tem-se o valor da quantidade de lamas em “ton MS”, que significa toneladas de matéria seca nas lamas, ou seja, a quantidade de lamas excluindo o seu conteúdo em água.
- 2) Tendo por base as determinações analíticas pontuais realizadas pela Tejo Atlântico em início de 2025.

II.3 – Especificações Técnicas dos Contentores drenantes do sistema GEOTUBE ou equivalente

Os contentores permeáveis devem ser em estrutura de polímeros sintéticos tecidos de polipropileno ou polietileno de alta densidade (geotêxteis), com as seguintes características:

PROPRIEDADES MECÂNICAS

- ✓ Resistência à tração L-T $\geq 70-95$ kN/m (EN ISO 10319)
- ✓ Resistência à tração das costuras L-T ≥ 65 kN/m (EN ISO 10321)

PROPRIEDADES HIDRÁULICAS

- ✓ Permeabilidade normal ao plano ≥ 1.800 L/m².min (EN ISO 11058)
- ✓ Abertura características O90 0,250 mm (EN ISO 12956)

DURABILIDADE

- ✓ Resistência à radiação UV após exposição a 150kLy ... $> 90\%$ (EN12224/EN12226)

PROPRIEDADES FÍSICAS

- ✓ Espessura ≥ 2 mm (EN ISO 9863-1)

Massa por unidade de área 535 g/m² (EN ISO 9864)

II.4 – Responsabilidades do Cocontratante

II.4.1 Condições para Acondicionamento das Lamas Removidas

- a) Todos os elementos de um carregamento, num veículo, devem ser convenientemente acondicionados e escorados, de forma a evitar deslocações entre si ou contra as paredes do veículo, bem como, derrames durante o levantamento/carregamento dos contentores/galeras;
- b) O Cocontratante deverá garantir que os contentores/ galeras são compatíveis com o local onde serão instalados e que os mesmos se encontram em condições estáveis e seguras no local de execução dos trabalhos;
- c) Os contentores/ galeras para acondicionamento das lamas terão de se encontrar em boas condições de conservação e limpeza e terão de ser estanques de forma a não se verificarem, em situação alguma, derrames de escorrências, quer durante o período de armazenamento na FA, quer durante a circulação na via pública;
- d) Todos os contentores/ galeras para o acondicionamento das lamas terão de ser devidamente cobertos com dispositivos que impeçam derrames e minimizem a libertação de odores. Em caso de utilização de lonas nos contentores, as mesmas deverão proporcionar a sua cobertura total, devendo estar fixadas de forma segura a todos os quatro lados do contentor;
- e) O Cocontratante será o único responsável pela afetação dos meios de acondicionamento que se revelem necessários face ao volume de lamas removidos do interior das lagoas;
- f) É interdito o armazenamento temporário das lamas no recinto da FA por períodos que excedam o período global de execução dos trabalhos, indicado na cláusula 4ª do Caderno de Encargos;
- g) O armazenamento das lamas nos contentores drenantes do tipo GEOTUBE ou equivalente poderá exceder o período global de execução dos trabalhos, indicado na cláusula 4.ª do Caderno de Encargos, mediante autorização prévia da Tejo Atlântico.

II.4.2 Condições de recolha e transporte a destino final das lamas removidas

- a) O Cocontratante é responsável pela alocação dos meios materiais necessários para proceder à recolha e carga das lamas nos meios de transporte e acondicionamento por si propostos;
- b) A recolha das lamas e consequente transporte a destino final carece de autorização prévia da Tejo Atlântico;
- c) O Cocontratante deve efetuar o planeamento e a coordenação da remoção e do transporte desde as instalações da FA até ao local do destino das lamas devidamente licenciado;

- d) A emissão das e-GAR será da responsabilidade do Cocontratante, sendo da responsabilidade da Tejo Atlântico a validação das mesmas;
- e) A validação das e-GAR é realizada com base nas pesagens dos contentores/ galeras à chegada ao destino final. O Cocontratante deverá enviar, via e-mail, para a Tejo Atlântico, num prazo máximo, de 7 (sete) dias, os respetivos talões de pesagem;
- f) Os condutores deverão ser profissionais qualificados, com experiência de condução e que disponham de razoáveis conhecimentos sobre a natureza e características do produto que transportam;
- g) Antes de entrar na via pública, as viaturas deverão ser limpas de quaisquer restos de lama e areias existentes que possam vir a cair na via pública. Esta limpeza será efetuada na FA, devendo garantir-se, ainda, a limpeza da zona de carregamento;
- h) Sempre que no carregamento, durante o percurso ou na descarga das lamas, ocorra algum derrame, o Cocontratante deverá assegurar a imediata limpeza da zona contaminada;
- i) Os encargos com os trabalhos de limpeza acima referidos são da responsabilidade do Cocontratante.

II.4.3. Regras Gerais para o encaminhamento a destino final das lamas removidas

- a) O destino final das lamas carece de aprovação prévia da Tejo Atlântico;
- b) O destino final das lamas será, preferencialmente, a compostagem ou a valorização agrícola;
- c) Na impossibilidade de encaminhamento das lamas para um dos dois destinos indicados na alínea anterior, por algum tipo de incumprimento (ex. por incumprimento de um ou mais parâmetros de qualidade), é da responsabilidade do Cocontratante o encaminhamento das mesmas para destino alternativo, sendo aplicado o preço unitário apresentado para o efeito na respetiva proposta, conforme lista de preços unitários;
- d) O Cocontratante procederá à devolução, via e-mail, para a Tejo Atlântico, num prazo máximo, de 7 (sete) dias, dos talões de pesagem dos contentores/ galeras à chegada ao destino final.

II.4.4 Valorização agrícola de lamas

- a) Elaborar e submeter à DRAP territorialmente competente o Plano de Gestão de Lamas e todos os preceitos legais decorrentes do Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de outubro, nos 15 (quinze) dias úteis após a celebração do contrato;
- b) Espalhar e incorporar de imediato as lamas removidas, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de outubro;
- c) Proceder à caracterização analítica prévia dos solos onde as lamas serão aplicadas, conforme previsto no Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de outubro, designadamente em conformidade com o disposto na Declaração de Planeamento de Operações e disposições do Anexo IV do referido diploma;
- d) Proceder à análise crítica dos resultados da caracterização analítica às lamas tendo em vista a viabilidade de encaminhamento das lamas para valorização agrícola;
- e) Garantir os valores limite de concentração de metais pesados nos solos, previstos no Anexo I do Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de outubro, bem como toda e qualquer exigência legal e ambiental;
- f) Garantir os valores limite para as quantidades de metais pesados que podem ser introduzidos nos solos cultivados com base numa média de 10 (dez) anos, previstos no Anexo I do Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de outubro;
- g) Garantir todos os requisitos legais relativos à aplicação em solos agrícolas, em termos de restrições e proibições previstas no Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de outubro;
- h) Garantir na equipa afeta à realização dos trabalhos um técnico responsável acreditado conforme artigo 8.º do Decreto-Lei nº 276/2009, de 2 de outubro;
- i) Garantir o cumprimento da Declaração de Planeamento das Operações, em conformidade com o disposto no artigo 18.º do Decreto-lei 276/2009, de 2 de outubro.
- j) Todas as comunicações a efetuar pelo Cocontratante e a DRAP neste âmbito devem ser do conhecimento obrigatório da Tejo Atlântico.

II.4.5. Valorização de lamas por compostagem

O Cocontratante será responsável pelo tratamento por compostagem das lamas removidas das lagoas, tendo em atenção as características específicas das mesmas.

11.4.6. Destinos finais alternativos para as lamas removidas das lagoas

- a) No caso, das lamas removidas virem a ser depositadas em aterro (somente nas situações indicadas na alínea c) da cláusula 1.11, deverá ser cumprido o disposto no Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, na sua atual redação;
- b) No caso de outros destinos finais adequados, devidamente autorizados, deverá ser aplicada a legislação em vigor.

ANEXO III

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE NO QUE RESPEITA A QUESTÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

O presente Anexo contém as obrigações do Cocontratante, no que respeita a questões de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

Está organizado do seguinte modo:

III.1 – Especificações do técnico de segurança - São discriminadas as habilitações e funções do técnico de segurança para os trabalhos a desenvolver ao longo da Prestação de Serviços;

III.2 – Documentação necessária do Cocontratante – é apresentada toda a documentação exigida e necessária para verificação e validação antes do início dos trabalhos;

III.3 – Documentação necessária de Segurança - é apresentada toda a documentação de segurança exigida e necessária para verificação e validação antes do início dos trabalhos;

III.1. Especificações do Técnico de Segurança

a) Assegurar e manter em funções o Técnico Responsável pela Segurança durante toda a realização da prestação de serviços, devendo estar sempre cooperante e com uma afetação de pelo menos 50% (*cinquenta por cento*);

b) Dispor de um Técnico Superior de SHST – licenciado em Engenharia, Técnico Superior de SHST, reconhecido pela ACT (CAP Nível V, com cédula emitida e validada) e com experiência em serviços da mesma natureza, devendo ser proposto e aceite pela Tejo Atlântico, que será responsável pela elaboração e implementação da FPS para a prestação de serviços.

c) Acompanhar as frentes de trabalho, ministrando a formação de acolhimento e específica aos trabalhos antes do início do trabalho;

d) Realizar os respetivos registos que fazem parte da FPS, bem como realizar as consignações e autorizações de trabalho;

- e) Realizar relatórios diários e remeter para o Coordenador de Segurança em Obra (CSO) nomeado pela Tejo Atlântico ou para o Responsável de Segurança na Construção (RSC);
- f) Realizar relatórios mensais ao CSO e ao RSC, com a apresentação de todos os registos de formação e dos anexos existentes na FPS, devendo ser apresentado até ao 5º (*quinto*) dia do mês seguinte, relativo ao mês anterior.

III.2. Documentação necessária do Cocontratante

- a) Fornecer a documentação abaixo para verificação antes do início dos trabalhos na prestação de serviços:
 - a. Cópia do Alvará / Título de Registo emitido pelo INPIC;
 - b. Cópia da Declaração de Situação Contributiva Regularizada da Segurança Social;
 - c. Cópia da Certidão de Situação Tributária Regularizada dos Serviços de Finanças;
 - d. Cópia da Apólice de Seguros de Acidentes de Trabalho atualizada, do(s) respetivo(s) recibo(s) de prémio(s), indicação das coberturas atualizadas e condições particulares;
 - e. Cópia da apólice de seguros de Responsabilidade Civil atualizada, do(s) respetivo(s) recibo(s) de prémio(s) e condições particulares;
 - f. Cópia das folhas de remunerações enviadas à Segurança Social apenas com nomes;
 - g. Cópia do Horário de Trabalho com o nome da prestação de serviço;
 - h. Listagem com a identificação dos elementos da equipa a afetar à execução da prestação de serviços;
 - i. Documentos de identificação ou fichas de identificação do seu pessoal com fotografia;
 - j. Cópia dos registos da entrega de EPI's aos trabalhadores;
 - k. FAM (Ficha de Aptidão Médica) dos trabalhadores.
- b) Promover a realização de exames de saúde adequados a comprovar e a avaliar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da atividade, bem como a repercussão desta e das condições em que é prestada na saúde do mesmo.
- c) Caso existam equipamentos de trabalho a incorporar na Prestação de Serviços, deve ser fornecido:
 - a. Declaração de conformidade CE;

- b. Fichas de Registo de Inspeção;
- c. Plano de manutenções;
- d. Manual do equipamento em português;
- e. Verificação pelo DL50/2005;
- f. Seguro;

III.3. Documentação necessária de Segurança

a) Proceder à identificação de perigos, à avaliação e ao controlo dos riscos, tendo em consideração exposições aos agentes químicos, físicos e biológicos e aos fatores de risco específicos, para todos os trabalhos a realizar, através da elaboração e implementação de uma Ficha de Procedimento de Segurança (FPS), tendo por base a FPS apresentada no processo de concurso, que carece de aprovação pela Tejo Atlântico, apresentando todos os elementos que venham a ser exigidos e, nomeadamente, os que sejam considerados importantes para planear os trabalhos e/ou para garantir a segurança ou preservar a saúde dos trabalhadores, com apresentação dos Planos de Monitorização e de Prevenção, Instruções de Trabalho, Planos de Formação e Informação, Autorizações de Trabalhos, entre outros;

b) Apresentar a Ficha de Procedimento de Segurança (FPS) para a prestação de serviços, tendo por base a apresentada em processo de concurso, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e antes do início dos trabalhos, à Tejo Atlântico. A referida FPS será objeto de apreciação pela Tejo Atlântico que a aprovará ou determinará a sua correção, se tal se mostrar necessário, podendo apenas iniciar os trabalhos após a aprovação da FPS;

c) No âmbito da FPS, o Cocontratante fica sujeito ao cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em vigor sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.